



Educação e desenvolvimento sustentável: a expansão do ensino superior na região metropolitana do Cariri

Polliana Luna N. Barreto¹

Suely Salgueiro Chacon²

Verônica Salgueiro do Nascimento³

¹¹ Mestre em Avaliação de Políticas Públicas para Educação. Historiadora. Secretária do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável do Campus da Universidade Federal do Ceará no Cariri. E-mail: polliana@cariri.ufc.br

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Economista. Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável do Campus da Universidade Federal do Ceará no Cariri. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: suelychacon@ufc.br

³ Doutora em Educação. Psicóloga. Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável do Campus da Universidade Federal do Ceará no Cariri. E-mail: vesalgueiro@gmail.com

Recebido em 14.05.2012

Aceito em 26.06.2012

RESUMO

Este artigo aborda a expansão da oferta de vagas na rede de ensino superior no Brasil, com foco para a região do Cariri, interior do Estado do Ceará, nordeste do Brasil. Pressupõe que o acesso à educação cria condições favoráveis à propositura e consolidação do Desenvolvimento Sustentável. Estudos dessa natureza em regiões historicamente excluídas concorrem positivamente para o processo de desenvolvimento sustentável. A pesquisa foi realizada a partir da coleta e tratamento dos dados relativos à Educação Superior no Brasil e no Cariri entre os anos de 2002 a 2009, obtidos por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e do banco de dados de quatro instituições de ensino superior localizadas no Cariri cearense. No Cariri cearense constatou-se o crescimento no acesso ao ensino superior na última década, esse fato tem relação com o aumento do investimento público e ainda a participação da iniciativa privada, criando o que se pode chamar de sistema híbrido de financiamento. Essa realidade vem contribuir para a criação de um contexto propício ao desenvolvimento da região, tendo em vista as mudanças que o acesso à educação pode proporcionar para a vida de cada cidadão e no conjunto para todo o entorno.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Ensino Superior, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article discusses the expansion of the number of vacancies in the higher education network in Brazil, with focus to the Cariri, the state of Ceará, northeastern Brazil. Assumes that access to education creates favorable conditions for the filing and consolidation of Sustainable Development. Studies of this nature in regions historically excluded contributes positively to the sustainable development process. The research was conducted from the collected and processed data concerning Higher Education in Brazil and Cariri between the years 2002 and 2009, obtained from the National Institute of Educational Studies Anísio Teixeira (INEP), and database from four institutions of higher education located in Cariri, Ceará. In Cariri, Ceará, we noted the growth of access to higher education in the last decade, this fact is related to the increase of public investment and also the participation of private enterprise, creating what may be called the hybrid system of funding. This reality contributes to the creation of an environment conducive to the development of this region, given the changes that can provide access to education for the life of every citizen and in the aggregate to the surroundings.

Keywords: Sustainable Development, University, Public Policy

Introdução

A pressão por acesso ao ensino superior tornou-se crescente nas duas últimas décadas do século XX no Brasil, aliada à redemocratização no País e ao clima de mudança que se instaurava especialmente nas capitais (Soares, 2002). Neste século, a oferta de vagas no ensino superior tem crescido apoiada por investimentos públicos e privados, tendo se expandido inclusive para o interior dos estados federados. Assim, a partir dessa proposição, o trabalho aqui apresentado aborda a expansão da oferta de vagas na rede de ensino superior no Cariri, região no interior do Estado do Ceará, nordeste do Brasil. O pressuposto central do artigo considera que o acesso à educação em regiões historicamente excluídas concorre positivamente para o processo de desenvolvimento sustentável.

A primeira parte do artigo aborda o referencial teórico, relativo às ligações entre o incentivo à expansão do acesso à educação, em especial a educação superior, e o processo de desenvolvimento sustentável.

A segunda parte se refere ao modo como a pesquisa foi empreendida. Foi realizada revisão da literatura, pesquisa documental, coleta e tratamento dos dados relativos à Educação Superior entre os anos de 2002 a 2009, obtidos por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dos bancos de dados institucionais de quatro IES localizadas no Cariri cearense.

A parte três desse artigo mostra os resultados da pesquisa, ressaltando que a oferta de vagas em cursos de graduação de Instituições de Ensino Superior públicas no Brasil e na RMC tem apresentado crescimento nos últimos anos, devendo-se à construção de um sistema híbrido de financiamento, dotado de recursos públicos e privados.

O Decreto nº 6.096/2007 traçou as diretrizes do **Programa de Reestruturação Universitária** redefinindo os investimentos para o setor, inclusive com a ampliação da infraestrutura dessas IES no interior dos estados. Ao mesmo tempo o setor privado continuou ampliando o número de vagas e contando com recursos públicos através do **Programa Universidade para Todos (PROUNI)**.

Conclui-se que essa realidade coaduna com as discussões sobre o acesso à informação como fator de desenvolvimento regional sustentável, que por sua vez alavanca a melhoria de vida das pessoas na região beneficiada, e com possíveis impactos indiretos no entorno. A expansão da rede de instituições de ensino e pesquisa nos territórios aponta para a democratização da informação em consonância com o discurso da Organização das Nações Unidas (1999), que estabelece o direito ao conhecimento como pressupostos da paz e do desenvolvimento humano.

1. Educação e Desenvolvimento Sustentável

No início da segunda década do século XXI, são grandes e complexos os desafios no que diz respeito ao contexto educacional. Muitos são os que depositam sob a educação uma imensa responsabilidade: a de solucionar todos os males da humanidade. Outros, já descrentes, ocupam o lugar de críticos ferrenhos e despotencializam o lugar da educação.

Entendemos que as posições extremadas, por vezes radicais, não estimulam o diálogo e o transitar saudável do movimento contínuo e inconcluso do fazer histórico. Pelo espaço limitado da escrita desse projeto de pesquisa, explicitamos resumidamente a concepção de educação que serve como norte para o presente trabalho. Esta se edifica principalmente a partir das contribuições

de Paulo Freire (2001), que afirma que a educação “não sendo fazedora de tudo é um fator fundamental na reinvenção do mundo” (Freire, 2001,p.96).

Extremamente oportuna a alusão do autor à capacidade humana de reinvenção. Abordar essa dimensão provoca uma grande aproximação entre educação e a perspectiva da sustentabilidade. Gadotti (2006, p.114) afirma que “Sustentabilidade não tem a ver apenas com a Biologia, a Economia e a Ecologia. Sustentabilidade tem a ver com a relação que mantemos conosco mesmos, com os outros e com a natureza”. Ou seja, o aspecto humano e relacional, que Freire traduzia pela vocação do homem de ser mais, precisa ocupar papel central na tarefa educativa e criativa de invenção de um novo mundo. Nessa direção, o citado autor sugere “A pedagogia deveria começar por ensinar, sobretudo a ler o mundo (...) porque ele é o nosso primeiro educador” (Gadotti, 2006, p.115)

De acordo com Gadotti (2006), a proposta da educação para Sustentabilidade englobaria os seguintes aspectos: Educar para pensar globalmente; Educar os sentimentos; Ensinar a identidade terrena; Formar para a consciência planetária; Formar para a compreensão; Educar para a simplicidade e para a quietude. “A crise ambiental é também uma crise de percepção que coloca em dúvida todo o processo civilizatório vivido até aqui. A materialização de necessidades e desejos não significou a felicidade pretendida para todos, mas sim, um movimento cada vez mais forte de exclusão e miséria de escala planetária, que se faz sentir em uma parcela cada vez maior da população” (Gadotti, 2006, p.116).

A crença na educação é um elemento muito forte, especialmente entre as camadas médias e inferiores da população. Num sistema econômico dito “democrático e livre” todos são convidados a “cons-

truírem seu próprio destino” por meio da dedicação aos estudos formais (Rossi, 1980) que tem no Brasil a oferta sob a tutela do Estado de forma ampliada com a Constituição Federal de 1988.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(...)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(...)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Brasil, 1988).

Na década de 1990 muitos estados brasileiros tomaram o acesso à educação básica como bandeira. O primeiro passo empreendido pelo Estado nesse momento foi eliminar o “analfabetismo”, como prova dos novos ventos de desenvolvimento e modernização que sopravam no Brasil nessa época (Soares, 2002).

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. Depois de uma década de política neoliberal, o Brasil atravessa um período de maiores investimentos do poder público em setores sociais, como o educacional.

Essa é uma parte da realidade dos rumos da educação brasileira na segunda metade do século XX, outras considerações podem ser feitas a respeito. Cabe aí uma discussão quanto à relação da educação formal com o desenvolvimento sustentável, tratando dessa capacidade que tem o homem de (re)descobrir suas necessidades e trazê-las para o campo educacional a fim de que a educação tome posse dessas necessidades e busque soluções para sua saciedade. Nesse sentido um desenvolvimento que contemple toda a sociedade e ocorra de forma sustentável é parte do discurso presente nos meios acadêmicos e políticos.

A preocupação com o modelo de desenvolvimento praticado na maior parte do mundo tornou-se claro a partir da década de 1970 e ganhou as discussões nos anos seguintes (Bursztyn, 2001). Sabe-se que os recursos naturais não são eternamente renováveis se não forem respeitadas as limitações inerentes à natureza, daí a preocupação com a manutenção do sistema sem comprometer o futuro das próximas gerações. Durante algum tempo a natureza e suas especificidades foram o foco de toda a discussão, paulatinamente o ser humano foi incorporado, não apenas como sujeito que sobre a natureza age negativamente, mas assumindo uma postura de mão dupla, sendo agente e sujeito de suas ações. Assim foi-se fortalecendo a dimensão social do desenvolvimento sustentável, ressaltando a importância de prevalecerem valores como a cultura, a solidariedade e a justiça no controle dos sistemas políticos e econômicos. O Desenvolvimento Sustentável preocupa-se com a saciedade das necessidades atuais, mas também com as futuras (Chacon, 2007) e não tem o bem-estar pautado em modelos inatingíveis de consumo. Para Bursztyn (2001) esse novo modelo é possível.

Utopia? O desenvolvimento sustentável é uma utopia possível e sua construção é plau-

sível: porque a crise atual dos paradigmas que movem o progresso industrialista autoriza a ousadia de se pensar um outro modo de desenvolvimento humano. (Bursztyn, 2001, p.20)

Diante disso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge não só como alternativa ao modelo praticado, mas, uma urgente necessidade da sociedade de um modo geral. Nos países desenvolvidos a população passa a ter a escolha de adotar, ou não, modelos sustentáveis de vivência, enquanto os pobres sobrevivem num círculo de miséria que os impedem de ter acesso sequer ao que seja dito sustentável. Nesse sentido, a educação é ferramenta importante para consolidação da inclusão das classes baixas e para formação de um mercado consumidor socialmente comprometido com as novas demandas sociais.

Sendo a educação produto da sociedade, é esta mesma sociedade que percebe a urgência de uma educação comprometida com o fazer-se humano, enquanto sujeito responsável por suas escolhas e solidário com os demais. A preservação do ambiente em que vive é uma questão intrínseca a esse fazer e que deve ser missão da educação. O contexto atual é propício para o debate em torno de uma educação que promova o desenvolvimento de forma sustentável.

A erradicação da fome, da miséria, a minimização da concentração de renda, a preservação ambiental e a promoção da paz são alguns dos temas recorrentes em trabalhos acadêmicos e tem respaldo político na medida em que a ONU tem se pronunciado no sentido de apoiar ações que visem fortalecer cada uma dessas áreas. A Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz (Organização das Nações Unidas, 1999) estabelecem o direito ao desenvolvimento e à informação como elementos necessários à construção da paz. Assim, a educação em todos os ní-

veis é pressuposto para que uma sociedade alcance patamares de desenvolvimento sustentável que possibilitem a consecução desse objetivo. A expansão da rede de instituições escolares nos territórios aponta para a democratização da informação e está em consonância com o discurso da ONU.

Artigo 3º

O desenvolvimento pleno de uma Cultura de Paz está integralmente vinculado: (...) i) À garantia de livre circulação de informação em todos os níveis e promoção do acesso a ela;

Artigo 4º

A educação, em todos os níveis, é um dos meios fundamentais para construir uma Cultura de Paz. Neste contexto, a educação sobre os direitos humanos é de particular relevância. (ONU, 1999)

A Educação é meio por excelência para a disseminação de valores e conhecimentos capazes de criar o ambiente propício à consecução de um desenvolvimento comprometido com os interesses da coletividade. Deve-se enxergar na educação um sentido dialético, apesar de muitas vezes o sistema educacional ser guiado nos rumos da distribuição desigual do acesso e da oferta, é possível que se construam possibilidades de mudança de uma realidade que por hora não se adequa aos ideais de justiça e solidariedade (Saviani, 2002). Para Saviani (2002), ao se deparar com um problema o ser humano reflete, o que o leva a uma ação pautada na reflexão. O mesmo ressalta que o homem vive um processo dialético, está permanentemente caminhando ao encontro de melhorias, dando contínuos saltos qualitativos. Nesse sentido, a educação aqui entendida como a instrução aliada à formação possibilita ao indivíduo os meios necessários para transformação de sua realidade.

Um estudo que aborda a rede de educação formal de uma dada região tem relevância no fato de a educação se constituir ferramenta para o desenvolvimento humano e por consequência sustentável. Ao quantificar e qualificar aspectos da educação de uma localidade pode-se chegar ao nível de acessos a ela pela comunidade local e conjecturar sobre as possibilidades que tal comunidade possui de transformar seu entorno positivamente, utilizando as ferramentas ofertadas pelo conhecimento mediado pelas Instituições de Ensino.

Ao ter acesso à educação, mesmo moldada pelos interesses de classe, o homem tem ao seu dispor os meios necessários para refletir sobre os problemas que o afligem e transformá-los a partir de um posicionamento teleológico, (Saviani, 2002). O sujeito que se vê envolvido no meio acadêmico a partir de sua inserção num curso de graduação, tem contato com o conhecimento de variadas formas e por variadas fontes, por isso mesmo obtém condições de chegar à constatação de situações que para ele não são benéficas, negá-las e por fim transformá-las. Tomemos como exemplo o conceito de Desenvolvimento Sustentável [tratado aqui como norte desse estudo], ele nasce da constatação de um modelo de desenvolvimento opressor que em nada contribui para a redução das desigualdades sociais e regionais, ao contrário, sobrevive e se agiganta a custa desses desníveis, assim, o modelo de Desenvolvimento Sustentável é o resultado de um processo dialético que só é capaz de acontecer porque o homem assume uma posição teleológica.

A ampliação do acesso à educação pode oferecer a cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem possibilidades de construir conhecimentos úteis à construção de um novo modelo de sociedade, onde o desenvolvimento promova a liberdade e não a opressão. A liberda-

de, enquanto fim do desenvolvimento, só pode ser alcançada na medida em que sejam retirados os empecilhos à realização do ser humano. Liberdade é fim e meio para o desenvolvimento, tendo em vista que ela contribui para que esse processo seja alcançado e é ao mesmo tempo seu fim primeiro, pois de que serve um desenvolvimento que não é capaz de libertar o ser humano das opressões?

Sen (2000) cita prioritariamente cinco espécies de liberdades sob uma perspectiva instrumental, são as liberdades: políticas, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e garantia de segurança. A educação insere-se entre as oportunidades sociais que por sua vez facilitam a participação econômica na forma de oportunidades de participar do comércio e da produção de bens, essa oportunidade pode levar o indivíduo a gerar riqueza pessoal e recursos públicos destinados à promoção das oportunidades sociais. Vê-se que essas liberdades se integram e juntas agem em prol do modelo de desenvolvimento propagado neste trabalho.

O Desenvolvimento Sustentável preocupa-se com a saciedade das necessidades atuais, mas também com as futuras (Chacon, 2007). A expansão do ensino superior é de um modo ou outro um apelo ao desenvolvimento humano de uma população. Este trabalho aborda a expansão das vagas no ensino superior público brasileiro como ferramenta para o Desenvolvimento Sustentável.

2. Parte Experimental

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e é parte de um estudo no âmbito da Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará, o qual aborda a ex-

pansão do ensino superior na Região do Cariri-Ce, Brasil. A Região Metropolitana do Cariri (RMC) se constitui como *lôcus* da pesquisa. Criada em 2009, pela Lei Complementar Estadual nº 78, é composta pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Caririáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Os nove municípios somam uma área de 5.025,655 km² conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A região está localizada no sul do Ceará, em confluência com os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, possui uma distância em torno de 600 km dos principais centros urbanos do Nordeste e uma população de 556.260 habitantes.

Nos dez primeiros anos deste século a região teve ampliada sua oferta de cursos de nível superior, fundamentada em investimentos públicos e privados. O Cariri insere-se no contexto da implantação da IES, no século XX e sua expansão nos dias atuais, conduzida pela oferta de cursos de nível superior oferecidos por instituições privadas e com a ampliação das vagas nas IES públicas.

No momento em que se tomou contato com o objeto de análise e na medida em que foi suscitado o desejo de abordá-lo com o intuito de melhor compreendê-lo, logo surgiu o entendimento da educação como um fenômeno múltiplo, dessa forma não seria possível recorrer apenas aos especialistas em educação, era necessário voltar o olhar para autores que trabalhassem as outras faces da vida em sociedade e que com a educação mantivessem uma estreita relação. Nessa busca teórica, e lidando empiricamente com as primeiras impressões sobre este fenômeno, percebeu-se que ele está muito relacionado aos ideais de desenvolvimento, igualdade social, liberdade, ampliação de oportunidades. Enfim, está intrincado em um pensamento que remete à educação com a função de desenvolver os indivíduos para que esses tenham acesso aos



Figura 1. Região metropolitana do Cariri.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

bens de um modo geral e foi esse o caminho trilhado.

Os dados utilizados neste artigo compõem o banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de quatro IES sediadas nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato, ambos municípios da Região Metropolitana do Cariri. O período abordado diz respeito às primeiras década deste século.

3. Análise de Resultados

3.1 Políticas públicas de ensino superior no Brasil no século XXI

Neste século, os indicadores educacionais se mostraram favoráveis às instituições públicas, em especial às federais. Com uma propos-

ta de governo voltada para o equilíbrio entre as forças sociais que norteiam o sistema político e econômico, a União pôs em prática uma Reforma Universitária que tentou aliar os interesses dos grandes investidores em educação (MICHELOTTO, 2006), os que continuaram a lucrar com o setor, inclusive com o apoio governamental por meio de programas, como o PROUNI.

Como parte do projeto de expansão da oferta de Educação de Nível Superior foi criado o Programa de Reestruturação Universitária, instituído pelo Decreto N°. 6.09624/04/2007, o qual se apresenta como a continuação do projeto de expansão do ensino superior empreendido no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O artigo 2º do referido decreto apresenta as diretrizes do programa:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.” (BRASIL, 2007)

As medidas implementadas pelo REUNI visam à reestruturação física e acadêmica das unidades existentes, sua interiorização, além da criação de novas universidades e institutos de educação superior em todo o País. Em contrapartida, as IES participantes do Programa devem aperfeiçoar sua capacidade de atendimento. Entre os anos de 1980 e 1998 foi criada *uma* instituição federal de ensino superior, entre 2002 e 2009 foram 21 IES. Entre 2007 e 2009 houve uma redução no número de IES públicas, o INEP (2008) informa que isso está relacionado a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que em muitos casos, se deu a partir da fusão de Centros Federais de Educação Tecnológica.

A primeira década do século XX aponta para uma nova proposta de intervenção econômica na educação, na medida em que o estado assume não só o papel de fiscalizador, mas também de investidor no setor educacional. Vale ressaltar que a proposta de reestruturação universitária está pautada nas concepções de administração gerencial, ou seja, onde a avaliação de resultados é uma constante. Isso significa que o novo modelo de estado que se delineia neste século não rompe com os ideais econômicos vigentes, mas busca aperfeiçoá-los na medida em que intervêm em setores dominados pela iniciativa privada. Uma das principais características da reforma universitária proposta pelo estado neste início de século é a implementação de um sistema de educação superior híbrido, formado com a participação de investimentos públicos e privados.

Entre 2002 e 2009 surgiram no Brasil 616 novas instituições entre públicas e privadas. Mantendo a tendência, o capital privado foi o responsável pelo maior número de IES. Todavia, o poder público tem criado novas instituições, em 2002 havia 195 IES, sendo 73 federais, 65 estaduais e 57 municipais; em 2009 havia 245 IES, houve um crescimento de 20,5%; dessas 94 eram federais, 84 estaduais e 67 municipais; dessa forma a União ampliou em 22,4 % o número de IES; os estados 22,7% e os municípios 15%.

O projeto de expansão da rede federal foi orientado inclusive para sua capilarização nas cidades do interior dos estados, por meio da criação de Campi das instituições já existentes nas capitais dos estados. As cidades de porte médio receberam a maior parte dessa infra-estrutura. As instituições privadas continuaram crescendo e também avançaram seu alcance para essas localidades. Entre 2002 e 2009, foram criadas 397 IES privadas em cidades do interior, nas capitais foram 230.

Gráfico 1. Evolução do Número de Instituições Federais de Ensino Superior Brasil – 2002 a 2009



Fonte: INEP (2008)

Quanto ao poder público, em 2002 contava-se com 123 IES no interior dos estados, sete anos depois eram 156. Nas capitais o número de IES públicas passou de 72 para 89. Em relação à expansão das universidades e institutos federais preexistentes, entre 2003 e 2010 foram criados 120 novos Campi, segundo o Ministério da Educação (MEC).

Essa realidade influenciou diretamente a oferta de vagas; em 2007, houve um incremento de 5,7% de vagas ofertadas por processos seletivos na graduação presencial. Das 2.985.137 vagas, 169.502 foram ofertadas por IES federais, 116.285 estaduais, 58.251 e 2.494.682 privadas. Vem caindo a oferta de vagas por estados e municípios entre 2002 e 2008, enquanto a iniciativa privada e a União ampliam sua participação. Em relação a 2007, incrementaram a oferta em 9,3% e a iniciativa privada 5,9%. Esse não é um dado comparativo, pois os números da iniciativa privada são crescentes, tendo em vista a redução dos investimentos por parte da União na década anterior todo esforço no sentido de ampliar sua participação gera números positivos.

Em 2007, as instituições federais ofertaram 155.040 vagas, em 2008 esse número passou para 169.502 vagas e em 2009 houve um incremento de 40.734 novas vagas nos cursos de nível superior nessas IES contabilizando uma oferta de 210.236 vagas (INEP, 2009).

Apesar dos maiores investimentos, o Resumo Técnico 2008 do INEP detectou naquele ano que 90% das instituições de nível superior são privadas enquanto 10% são instituições públicas, divididas entre federais 4,1%, estaduais 3,6% e municipais 2,7. Os dados de 2009 parecem confirmar as informações do ano anterior, a participação da livre iniciativa é preponderante na oferta de educação de nível superior. Para o INEP o aumento no número de matrículas na rede pública de ensino superior está relacionado à criação dos Campi Avançados no interior dos estados e ao aumento da proporção de matrículas em período noturno.

Em 2000, a UNESCO reuniu *experts* da educação, para emitir considerações a respeito das políticas que deveriam ser adotadas pelos países em desenvolvimento no tocante à educação. Tal

documento intitulado *Educación Superior em los Países em Desarrollo: peligros y promesas* estabelece diretrizes para o ensino nessas nações. Entre as medidas que deveriam ser adotadas pelos países em desenvolvimento a fim de alcançar níveis elevados de educação, consta ampliar a rede de ensino superior através de investimento público e privado criando o que foi chamado de um sistema híbrido de financiamento, enfatizar a educação à distância em todos os níveis de ensino, mas especialmente o superior, aumentar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos, entre outras medidas.

Até aqui se pode constatar uma crescente oferta de vagas no ensino superior por parte das instituições públicas de ensino, aliada à manutenção do crescimento da rede de instituições privadas. O aumento da oferta na IES públicas sinaliza para a ampliação do acesso nesse nível de ensino às camadas populares. Nesse sentido, ampliar o acesso ao conhecimento significa ampliar a capacidade de escolha desses indivíduos, contribuindo para que tenham condições de pôr em prática a liberdade, discutida por Sen (2000).

O contexto da educação superior na RMC relaciona-se com as ações praticadas em âmbito nacional, sobre isso será tratado a seguir, apresentando as características do atual estado das políticas públicas para o ensino superior na região e ressaltando a importância das políticas públicas na expansão do ensino superior na região.

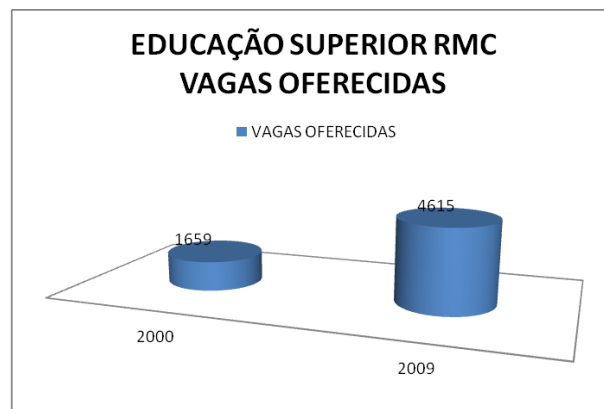
3.2 O contexto da educação superior na RMC no século XXI

O ensino superior na RMC foi durante algumas décadas ofertado, especialmente, pela Universidade Regional do Cariri - URCA. A partir do ano 2000 se intensificou a criação de instituições privadas de ensino superior na região. Hoje elas respondem pelo atendimento à população ofertando cursos de graduação e pós-graduação *lato*

sensu. Além da IES privadas, em 2000 foi instalado em Barbalha o Curso de Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e em 2006, Juazeiro do Norte recebeu o Campus Avançado UFC no Cariri.

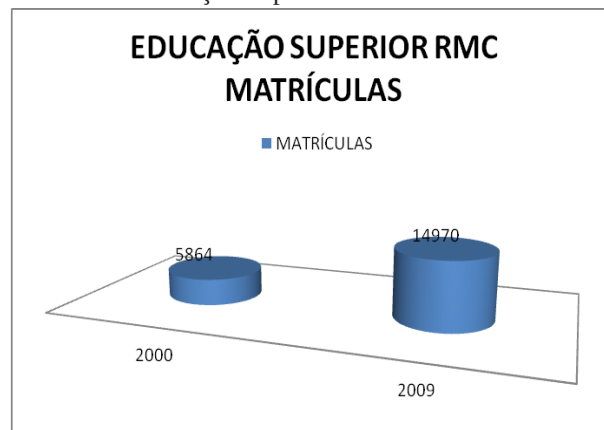
As IES se concentram nas cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato. Em 2000 o INEP informa que havia na região 12 cursos de graduação presenciais, até 2009 a RMC ganhou 49 cursos. Esse aumento por sua vez alavancou a procura pelos cursos, a oferta de vagas e o núme-

Gráfico 2. Educação Superior RMC – Vagas



Fonte: INEP/ Censo da Educação Superior 1991 a

Gráfico 3. Educação Superior RMC – Matrículas



Fonte: INEP/ Censo da Educação Superior 1991 a 2009 (2010)

ro de concluintes. Os gráficos a seguir apresentam esse aumento.

Essa evolução é pertinente quando se discute a possibilidade de construção do desenvolvimento de uma região pautado em bases sustentá-

veis, todavia, são necessárias mudanças de caráter qualitativo tendo em vista esse objetivo. Além disso, apesar do crescimento inegável do sistema de ensino superior na RMC, há que se avançar no acesso e a permanência dos estudantes no ensino médio, apesar de já poder se falar em aumento no número de jovens que cursam este nível de ensino, bem como na redução da distorção idade série, que em alguns municípios tem sofrido fortes reduções ao longo da última década como é o caso de Santana do Cariri que tinha em 2000 uma distorção idade-série no ensino médio de 96,73%, e em 2010 o índice chegou a 14,59%.

As quatro IES abordadas nesta pesquisa, possuem 33 cursos de graduação presenciais sediados nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. São ofertados cursos de graduação semipresenciais em duas dessas IES: a Universidade Federal do Cará através do Instituto UFC Virtual e a Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte, contando com três e doze cursos respectivamente.

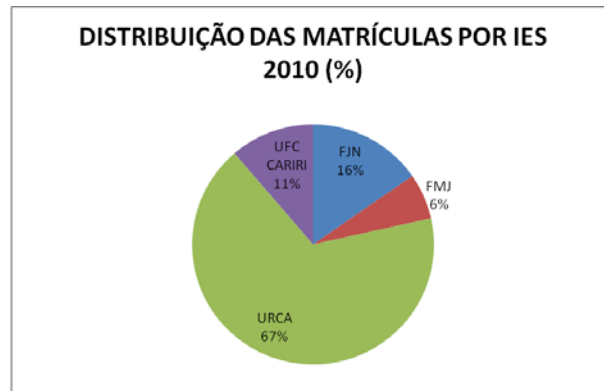
Quantas às áreas contempladas pelas IES em seus cursos presenciais destacam-se as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências da Saúde e Biológicas, que possuem tanto o maior número de cursos, como estão presentes na maior parte das instituições.

Há uma tendência na expansão do ensino superior na região para a criação de cursos presenciais na modalidade de bacharelado. As IES privadas apostam na oferta de cursos nessa modalidade. As licenciaturas estão mais presentes na URCA, embora esta detenha cursos em modalidades variadas, assim como a UFC. A FJN oferece apenas cursos na modalidade de bacharelados, assim como a FMJ. Esse é um dado que se estende às demais IES que não compõem a amostra.

A distribuição das matrículas em 2010 entre as quatro IES abordadas demonstra a importân-

cia da URCA em termos de oferta. Todavia, é importante ressaltar que além da amostra, mais oito IES compõem o grupo de instituições da RMC. Isso significa que a oferta de ensino superior na região é de responsabilidade conjunta de todas essas instituições.

Gráfico 4. Distribuição das Matrículas por IES - 2010 (%)



Fonte: IES da Amosta (2011)

No âmbito da pós-graduação *lato sensu* as IES oferecem em áreas variadas como Educação, Tecnologia, Gestão, Direito, Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No tocante à Pós-graduação *stricto sensu*, no universo das onze IES, apenas duas oferecem cursos nessa modalidade, a saber, a URCA e a UFC.

A URCA abriga o Programa de Pós-Graduação em Bioprospecção Molecular, oferecendo o curso de Mestrado Acadêmico nessa área. O Programa foi credenciado em 2007 pela CAPES, que segundo seus critérios de avaliação recebeu conceito 4. O Campus da UFC no Cariri, por sua vez, conta um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* que abriga o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional Sustentável. Criado em 2010 e tendo iniciado suas atividades em 2011, selecionou vinte mestrandos num universo de 117 inscritos para o processo de seleção 2011.1, para o semestre 2012.1 foram 172 inscritos. Tal quantitativo demonstra a demanda existente na região não só por ensino em nível de graduação.

Esse fato está relacionado à existência na região de IES consolidadas na oferta de cursos de graduação, mas não de pós-graduação stricto sensu. Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte iniciou suas atividades em 25 de outubro de 2000, matriculando 50 alunos inicialmente, a cada ano passaram a ingressar no referido curso 100 estudantes. Atualmente a FMJ tem 713 alunos matriculados nesse curso, e formou até o segundo semestre de 2010, 507 profissionais.

Afinada com a tendência de oferta de ensino na modalidade EAD a referida instituição passou a ofertar cursos na modalidade a partir de 2009. No primeiro semestre de 2011 apresenta corpo discente com 220 alunos matriculados, distribuídos entre os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia, Serviço Social, Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Tecnologia da Informação, Logística e Marketing. A distribuição dos discentes é mais forte nos cursos de Administração e Gestão de Recursos Humanos.

Em relação à origem dos estudantes foram disponibilizados os dados referentes aos discentes do curso de medicina, tendo em vista que boa parte das informações solicitadas não foram passíveis de serem atendidas devido ao sistema atual de controle acadêmico da IES, que não é capaz de consolidar os dados. A distribuição dos alunos foi dada de acordo com estado de origem, 86,54% são do estado do Ceará e 4,77% de Pernambuco.

Não foi possível levantar o dado referente ao quantitativo de alunos matriculados de 2000 a 2010 em todos os cursos da IES, nem em relação à origem escolar do ensino médio quanto à categoria administrativa. Todavia, a IES informou a existência de 40 alunos participantes do Programa Universidade Para Todos – ProUni e três egressos que também participaram do Programa, além

de 12 discentes beneficiados pela Lei Municipal No. 3.120 de 26 de fevereiro de 2008, do Município de Juazeiro do Norte que garante bolsas de estudo para alunos da rede pública municipal e estadual.

A Faculdade de Juazeiro do Norte iniciou suas atividades em 2003, com a primeira turma tendo início em 2004.¹ no curso de Ciências Contábeis, em 2006 foi criado o curso de Sistemas de Informação e Enfermagem e em 2010 o curso de Farmácia. Entre os anos de 2004 e 2010 foram matriculados 2.105 discentes. Todos os cursos de graduação são na modalidade presencial. A IES informou ainda que 70% dos discentes são oriundos da rede pública de ensino e 30% terminaram o ensino médio na rede privada de ensino. A influência geográfica da IES, segundo ela, quanto à origem dos discentes está voltada especialmente para os estados do Ceará e de Pernambuco que com esse é limítrofe. Entre 2007 e 2011 foram formados 333 profissionais, sendo 136 Contadores, 166 Enfermeiros e 31 Bacharéis em Sistemas de Informação.

A Universidade Regional do Cariri oferece 17 cursos de graduação presencial, a saber, Artes Visuais, Teatro, Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Licenciatura com habilitação em Biologia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Enfermagem, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Engenharia de Produção, Física, Matemática e Tecnologia da Construção Civil. A URCA teve, em 2001, 9.961 alunos matriculados, em 2010 esse número foi de 15.453. Dos 17 cursos oferecidos pela IES, 13 deles são na modalidade de licenciatura. A URCA tem instalado Campi nas cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, locus desta pesquisa, além das cidades de Campos Sales, Iguatu e Missão Velha, cujo número de matrículas não foi aqui apresentado.

Além dos cursos citados a URCA ainda oferece licenciaturas, através da Plataforma Freire, que é um ambiente virtual criado pelo MEC/CAPES para cadastro de professor e realização das pré-inscrições nos cursos Formação Inicial e Formação Continuada, destinados aos professores sem formação adequada à LDB e em exercício nas escolas públicas de educação básica, estaduais e municipais. Através dessa ferramenta são oferecidos cursos gratuitos, nas modalidades presencial e a distância, em municípios dos Estados da Federação, por meio de Instituições Públicas de Educação Superior e Universidades Comunitárias. No caso da URCA são oferecidos os cursos de Pedagogia, Matemática, Geografia e Educação Física nas cidades de Crato, Cariús, Campos Sales, Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Nova Olinda e Icó.

Há ainda no âmbito da URCA o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. A URCA oferece por meio desse projeto o Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A Universidade Federal do Ceará se instalou na Região do Cariri, com curso próprio e não mais no sistema de tutoria como aconteceu com o curso de Filosofia nos anos 60, em 2001 através da criação do Curso de Medicina sediado em Barbalha. Em 2006 foi instalado na cidade de Juazeiro do Norte o Campus Avançado da UFC no Cariri, contando com cinco cursos de graduação: Filosofia, Biblioteconomia, Agronomia, Administração e Engenharia Civil. Essa foi uma ação resultante do Programa de Expansão do Sistema Fe-

deral de Educação Superior, como apresentado logo adiante:

Aos 22 dias do mês de novembro de 2005 em reunião do Conselho Universitário – CONSUNI, sob a presidência do Magnífico Reitor René Teixeira Barreira, foi aprovada a participação da Universidade Federal do Ceará no Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior através da criação de dois campi: o Campus do Cariri na Região Sul e Campus da Região Norte, com sede em Sobral. Com isso a UFC, na sua missão de disseminar um padrão de qualidade para o ensino superior no Estado, espera contribuir para o desenvolvimento econômico-social sustentável e incluyente, benefício a ser repartido entre toda a população, como também, venha a se constituir, futuramente, na célula geradora de novas universidades federais no Ceará.(UFC CARIRI, 2011)

No ano de 2003 a UFC contava com três Campi: Pici, Benfica e Porangabuçu. Após a edição do Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior a UFC dobrou esse número até 2007, os três novos Campi sendo instalados no interior do Estado, nas cidades de Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral.

Em 2007 o Conselho Universitário da UFC (Consuni) pronunciou-se a favor da adesão ao REUNI, enviando posteriormente ao Ministério da Educação um plano de reestruturação e expansão da Universidade. Segundo jornal da época, foram liberados R\$ 8,3 milhões para a implantação do Campus da UFC no Cariri (UNIVERSIA, 2010). O fato fez parte de um plano nacional, tendo assim garantidos investimentos imprescindíveis para a construção das instalações físicas e equipamentos, bem como a contratação de pessoal.

A partir de 2008, as ações para interiorização da Universidade tornaram-se mais incisivas, através de contratações de pessoal docente e técnico administrativo, aquisição de livros e equipamentos e mais especificamente a entrega de parte da infraestrutura física do Campus Avançado da UFC no Cariri. Um importante indicador da expansão é a criação de novas vagas para servidores docentes e técnico-administrativos, tanto nos Campi Avançados quanto nas unidades já existentes. Entre 2006 e 2010 o quadro docente da UFC Cariri tem apresentado crescimento contínuo. Os cursos criados na UFC Cariri por oportunidade do Projeto de Expansão abrigavam, em 2009, 76 docentes. Atualmente são 127 professores vinculados às graduações de Administração, Engenharia Civil, Biblioteconomia, Educação Musical, Agronomia, Design de Produtos, Engenharia de Materiais, Filosofia e Comunicação Social. Os cursos de Comunicação Social, Jornalismo, Design de Produtos, Educação Musical e Engenharia de Materiais e Administração Pública.

A contratação de servidores técnico-administrativos também foi uma das ações com fins de viabilizar o Projeto de Expansão da UFC no Cariri. Em 2007, havia sete servidores do quadro efetivo da Universidade trabalhando nos cursos sediados em Juazeiro do Norte e Crato. Entre os anos de 2008 e 2010 foram empossados 35 novos servidores.

Os dados acerca da infraestrutura dizem respeito aos anos de 2008 e 2009, tendo em vista que o Anuário Estatístico da UFC 2010 utiliza informações referentes ao período 2009. A primeira etapa de construção do Campus Cariri foi entregue em 2008, uma área de 5.392,28 m². Em 2009, com a entrega da segunda etapa da obra o Campus passou a contar com 8.005,90 m² de área construída.

Diante dos investimentos apresentados houve uma evolução no número de vagas oferecidas entre os anos de 2006 e 2010, número que mais

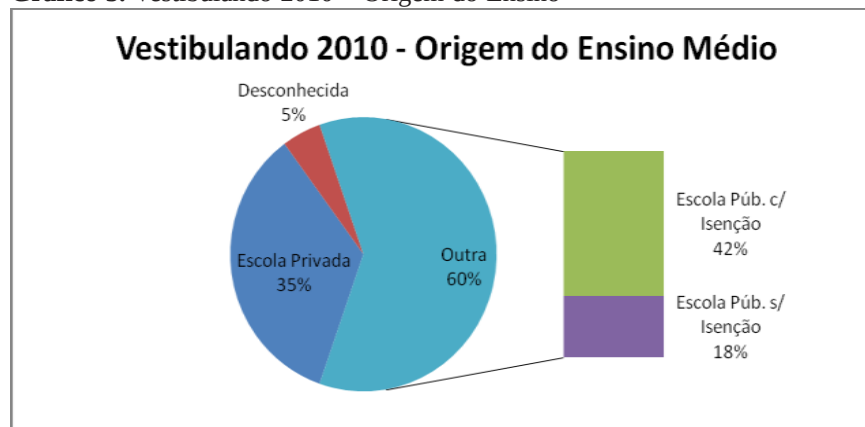
do que dobrou. Em 2006, os quatro cursos criados ofertaram 200 vagas, em 2010 foram 440 vagas. Com a criação do novo curso de Administração Pública, foram mais 50 novas vagas ofertadas em 2011 através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Pode-se atentar para a estratificação social nos cursos a partir dos resultados obtido no Vestibular 2010. À primeira vista é possível afirmar que a expansão do ensino superior federal através da criação do Campus Cariri, beneficiou a população dependente do ensino público. Essa é uma conclusão que pode ser argumentada o analisar o acesso de alunos oriundos do ensino médio de escolas públicas.

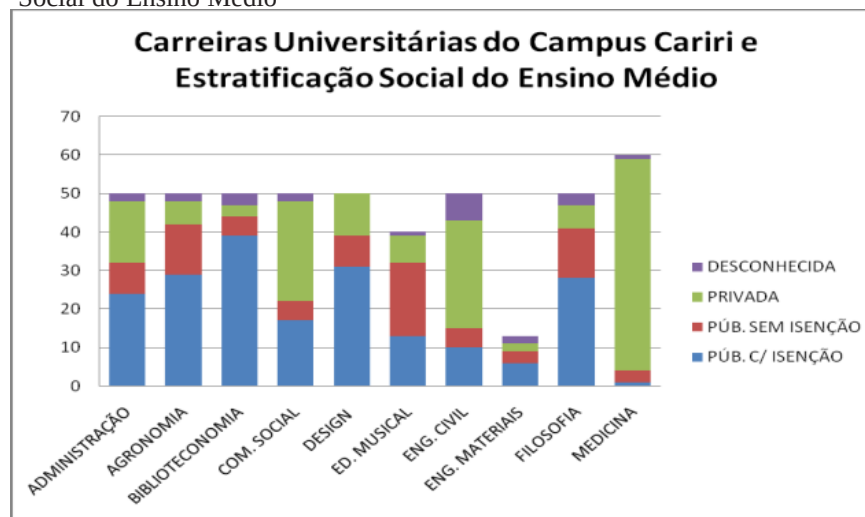
No entanto, ao fazer uma análise mais apurada quanto à distribuição desses alunos por curso, é visível uma tendência já consolidada no senso comum, a de que determinados cursos congregam uma população mais elitizada. O curso de Medicina cuja situação é mais notória a constituição da turma é formada 92% por alunos egressos da escola privada, sendo que 67% do número de aprovados concluíram o ensino médio em capital, o que presume serem dotados de razoável ou boa condição financeira.

Essa é uma questão a ser enfrentada através de políticas públicas de educação em todos os níveis. Vê-se que a qualidade da escola pública é algo que tem relação com esse fenômeno, e ainda que essa a situação das escolas de um modo geral também sofre implicações da Universidade, tendo em vista que ela é a responsável pela formação docente.

O fato é que a RMC está inserida no contexto da expansão do ensino superior que tem ocorrido nacionalmente na última década e da mesma forma que no restante do país a junção dos investimentos públicos e privados tem sido

Gráfico 5. Vestibulando 2010 – Origem do Ensino

Fonte: BARRETO, GONDIM, SANTIAGO (2010)

Gráfico 6. Carreiras Universitárias do Campus Cariri e Estratificação Social do Ensino Médio

Fonte: BARRETO, GONDIM, SANTIAGO (2010)

responsáveis por esta expansão. Ter acesso à educação é uma das condições necessárias para a liberdade nas palavras de Sen (2000), há o crescimento no acesso, apesar de ser necessário continuar a ampliá-lo, ao mesmo tempo faz-se necessário discutir acerca dos objetivos da educação que se quer perpetuar.

Conclusão

A sustentabilidade é mais que qualidade de um modelo de desenvolvimento, ela vai além da preservação do meio ambiente. Sustentabilidade

implica uma relação harmônica consigo, com o outro e com o ambiente. Diante disso, não se pode falar em DS sem ressaltar a importância da educação nesse contexto, mas para alavancá-lo é necessário um esforço em várias frentes, levando em consideração todas as dimensões da sustentabilidade. A região em comento tem provado de fortes investimentos públicos e privados nos últimos anos, o que vem trazendo mudanças econômicas que também são fruto de políticas públicas. A expansão da educação superior é influenciada por esse processo e ao mesmo tempo o influencia.

O acesso à escolaridade influencia diretamente outros indicadores de sustentabilidade. Estudo

do IBGE (1999) mostra que a maior escolaridade, entre as mulheres, é fator preponderante na saúde das crianças. Cada ano a mais de escolaridade média, entre elas, reduz em 15% o índice de mortalidade infantil. Assim conclui-se que a redução nos índices de mortalidade infantil e desnutrição na RMC sofrem implicações do crescimento no acesso à educação. Dados referentes à violência também apresentam relação direta com os dados educacionais, tendo em vista que este é um fenômeno multifacetado. Entre os inúmeros fatores que com ele mantém estreita relação está, por exemplo, o aprofundamento das desigualdades sociais que geram privilégios para alguns, e por consequência, a ausência de direitos para outros. É necessário ressaltar inclusive, que a pobreza se distribui desigualmente entre os nove municípios que compõe a RMC, enquanto Santana do Cariri chega a apresentar taxas de até 47,39% de população extremamente pobre, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha estão entre os vinte municípios com o menor percentual de pobreza do estado do Ceará. É necessário irradiar investimentos que tenham como foco a geração de emprego e renda por toda a RMC a fim de reduzir tais disparidades.

A RMC tem números positivos quanto aos indicadores relacionados à redução das taxas de analfabetismo, de desnutrição, de elevação da renda familiar, e demonstra que nos últimos anos a região tem avançado quanto à oferta de educação em nível médio e superior. No entanto de forma ainda deficitária em relação à população total. Além da ampliação quantitativa no acesso é necessário que sejam cultivados no âmbito das instituições educacionais, valores como solidariedade, respeito e tolerância. A inexistência dessas práticas dá lugar a um tipo de individualismo que estimula a violência, o que está na contramão da sustentabilidade. Por isso a propagação e a consolidação do

DS necessitam de uma revisão dos valores propagados pelas instituições, neste caso, as instituições de ensino, elas estão entre as grandes responsáveis pela construção da cultura, o que é primordial para o DS. Assim, apesar do crescimento numérico no tocante ao acesso à educação na RMC, é necessária uma revisão dos conceitos e objetivos de uma educação comprometida com os valores intrínsecos do DS, que por sua vez sejam aplicados no cotidiano das instituições. É possível afirmar que a expansão do acesso ao ensino superior se configura como uma importante ferramenta para o D.S, entretanto é preciso ressaltar a necessária reflexão acerca do papel das instituições de ensino nesse contexto. Este artigo vem tratar da expansão do ensino superior na Região Metropolitana do Cariri como um indutor de desenvolvimento sustentável, para tanto apresenta os rumos dessa expansão.

Na primeira década deste século seguindo a tendência nacional, a RMC teve a oferta de ensino superior expandida pela iniciativa privada, por ocasião da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), além de outros instrumentos legais como o Decreto N° 4.914 de 11/12/2003 que concedeu autonomia aos Centros Universitários e o Decreto N° 5.622 de 19/12/2005 que regulamentou a Educação à Distância no Brasil (EAD).

Dessa forma, foi moldado na RMC um sistema híbrido de ensino, com a oferta de ensino superior sob a responsabilidade de instituições públicas e privadas. Este sistema híbrido, conforme já tratado por Michelloto (...) é composto por instituições que recebem públicas totalmente financiadas pelo poder público, instituições privadas financiadas com recursos próprios e ainda IES privada que recebem recursos públicos através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). É fato também que consolidou-se a existência de IES de ensino e IES de ensino, pesquisa e exten-

são. Outra importante variável indica a quase estagnação na oferta de cursos na modalidade de licenciatura. As instituições privadas, em especial, não investem nesse formato de curso, as IES públicas, que tendem a ofertar suas vagas sem esperar resultados financeiros, norteiam sua oferta a partir das necessidades de setores específicos como é o caso da Educação Básica. Assim são as IES públicas as responsáveis pela formação do quadro docente da região do Cariri.

A criação das novas IES é resultado de decisões de nível político, embora seja também seja reflexo do aumento da demanda, esta impulsionada pelo avanço do ensino médio. O ensino superior, por sua vez, sofre o impulso de duas forças que movem sua expansão: as necessidades do mercado de trabalho que demanda profissionais capacitados, com novas qualificações profissionais e as aspirações culturais que fazem com que o acesso ao ensino superior seja objetivo de muitos indivíduos.

É inegável a importância dos investimentos públicos recebidos, com ênfase aos remetidos à RMC para implantação do Campus da Universidade Federal do Ceará, ao congregar ensino, pesquisa e extensão em sua missão, as Universidades Federais ampliam o campo de ação para além da formação de recursos humanos para o mercado de trabalho; o que não é um papel simplista, ou de menor importância; entretanto as IFES detêm um contexto propício para a produção de tecnologia e conhecimento científico útil às várias dimensões da sustentabilidade. A maioria das instituições privadas de ensino superior está focada apenas em ensino, ficando a produção de conhecimento científico a cargo principalmente das universidades públicas. A RMC conta com duas Universidades, que por sua essência congregam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as instituições privadas presentes na região se configuram como estabelecimentos de ensino.

Os próximos anos apresentam perspectivas de continuidade da política de expansão do ensino superior contando com recursos federais, tendo em vista a implantação da Universidade Federal do Cariri. Diante desse fato e sendo necessário propor novas formas de ver a dimensão humana frente ao Desenvolvimento, deve-se reconhecer que este é um momento precioso para empreender um novo projeto de Universidade, pautado pelos ditames da Sustentabilidade, já que apesar dos avanços obtidos pela RMC em áreas estratégicas de para o DS, é imprescindível uma preocupação de caráter conceitual e qualitativo no tocante à educação, tendo em vista que o DS pede uma mudança de mentalidades.

Um dos aspectos mais importantes a ser ressaltado nesse contexto de mudanças que atinge a região do Cariri diz respeito à possibilidade de mudança de vida para os alunos, a maior parte dos que compõem o corpo discente do Campus da UFC no Cariri, por exemplo, são provenientes de escola pública como a própria pesquisa aponta e o fato de fazerem parte da universidade abre para essas pessoas inúmeras possibilidades, nas palavras de Sen (2002) os leva a ter liberdade de escolha e isso influencia diretamente suas vidas, de suas famílias e comunidades de onde vem.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Polliana. de L. N.; GOMES, Gilmária. H. G.; SANTIAGO Marcelo. O. Carreiras Universitárias e A Estratificação Social Do Ensino Médio – Um Estudo Piloto do Reflexo da Expansão do Ensino Superior Federal no Cariri Cearense. In: VII Semana de Humanidades UFC/UECE. *Humanidades fronteiras em movimento. UECE/UFC, 2010.*
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

- Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 abr., 2007.
- BURSZTYN, Marcel. (Org.). Ciência, ética e sustentabilidade – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2001.
- FREIRE (2001). *Educação e mudança*. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GADOTTI, M. (2006). Paulo Freire e a boniteza do sonho de ensinar-e-aprender com sentido. In: Scocuglia, A. *Paulo Freire na História da Educação do Tempo Presente*. p.211.
- GALBRAITH, John K. A economia ao alcance de quase todos. São Paulo: Pioneira
- GRUPO ESPECIAL SOBRE EDUCACIÓN SUPERIOR Y SOCIEDAD. La Educación Superior en los Países en Desarrollo: Peligros y promesas. 2000. Disponível em: <<http://worldbank.org>>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2007. Brasília, 2008.
- _____. Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2008 (Dados Preliminares). Brasília, 2009.
- _____. Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2009. Brasília, 2010.
- MICHELOTTO, Regina. M; COELHO, Rúbia. H; ZAINKO, Maria. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. Curitiba: Educar, n. 28, p.179-198, 2006.
- ONU. Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz. Resolução aprovada por Assembleia Geral em 06 de outubro de 1999, nº 53/243, 1999.
- ROSSI, Wagner. Capitalismo e Educação. 3. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.
- CHACON, Suely Salgueiro. O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. Fortaleza: BNB, 2007
- SAVIANI, Demerval. Educação: Do senso comum a consciência Filosófica. 17. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2002
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SOARES, Maria Susana A. (Org.). Educação Superior no Brasil. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

Nota

¹ Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R. PR-5/02) de 10 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2002.